

# *A medicina – e as crônicas – em nome da ordem numa cidade rumo à civilização: o Rio de Janeiro entre 1850 e 1905*

Carlos Eduardo Dias Souza\*

## **RESUMO**

Desde os tempos da colônia buscava-se dar à cidade do Rio de Janeiro um aspecto europeu e civilizado. Os problemas para realização desse projeto, todavia, eram muitos, encontrados principalmente no espaço físico da cidade, considerado ainda de aspecto colonial. Durante o Império projetos foram elaborados, junto a médicos higienistas, visando dar à sua capital uma nova, limpa e civilizada aparência, cujo auge pode ser visto nas intervenções urbanas republicanas. Pretendemos neste artigo analisar de que forma um projeto higienista elegeu o espaço urbano como alvo, principalmente os cortiços, e como tais mudanças eram desejadas e sentidas na época através de crônicas nada irônicas de Olavo Bilac.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rio de Janeiro, medicina higienista, intervenções urbanas, crônicas.

## **ABSTRACT**

Since colonial times there were pretensions of giving to Rio de Janeiro an European and civilized aspect. The problems to make it true, however, were many, founds basically in the physical space of the town with its colonial look. During Brazilian Empire, projects were elaborated with hygienists medicals, searching to give to the capital of the country a new, clean and civilized face, that reached its top in the urban interventions of the republic. We search in this work to analyze how a hygienist project elected the urban space as a target, at most the “cortices” (poor and little houses with a big number of habitants), and how those changes were desired and felled that time through the not even a little ironic chronics of Olavo Bilac.

**KEYWORDS:** Rio de Janeiro, hygienist medicine, urban interventions, chronics.

---

\* Mestrando em História Social da Cultura na PUC-Rio, bolsista da CAPES. Agradeço a Margarida de Souza Neves pela leitura atenta e importantes sugestões para este trabalho.

Na madrugada do século o Rio de Janeiro ainda é um triste e miserável agrupamento de telhados mais ou menos pombalinos, feio, sujo, torto, dessorando os vícios e os preconceitos da velha cidade de Mem de Sá. É verdade que ainda existe a paisagem, que é linda, cenário cheio de magnificência e grandeza, mas, quando o homem deixa o pitoresco do mar, a doçura da montanha, o encantamento da floresta e ingressa a capital merencória, revive, fatalmente, a era de atraso em que jazemos por muito mais de três séculos e da qual, com mais de 70 anos de emancipação política, não conseguimos, ainda, completamente libertar-nos (Luiz Edmundo, 1957, p. 24).

Capital desde 1763 do que mais tarde seria o Brasil, o Rio de Janeiro passava por múltiplas mudanças cada vez que seu *status* anterior era modificado. A partir de 1808, com a vinda da Família Real portuguesa, novas e mais intensas mudanças (inclusive no espaço urbano da cidade, desde a criação do Jardim Botânico até o crescimento de sua população). Desde 1822, enquanto capital do Brasil independente, a cidade passou a ser oficialmente o centro difusor das luzes do mais novo país das Américas, que através de sua capital queria se mostrar como um grande Império nos trópicos: a busca pelo progresso e pela civilização, conceitos entendidos como sinônimos pelos contemporâneos, tornou-se desde então objetivo central, ganhando força no Segundo Reinado, que visava assim criar uma memória digna da nova posição da cidade-corte, capital do Império.

As evidências, todavia, deixavam a desejar, como podemos perceber na interpretação de Luiz Edmundo. Viajantes europeus que deixaram impressões sobre o Rio de Janeiro oitocentista também levantavam, em sua análise etnocêntrica sobre o outro, certo grau de artificialidade nessas idéias de progresso e civilização almejados pelo novo país americano. A sujeira e o que consideravam “a barbárie” da cidade eram evidentes a seus olhos de europeus “civilizados”: ruas escuras e mal calçadas, negros por todos os cantos, becos apertados e tortos. Mas não foram apenas os estrangeiros que repararam na “artificialidade” da cidade que se queria civilizada.

Também os cronistas do Rio, em suas crônicas nos jornais da cidade, discutiam o cotidiano da capital, assim como a sujeira da mesma, que também fazia parte do dia-a-dia de seus habitantes. Olavo Bilac, cronista e acima de tudo apaixonado por sua Sebastianópolis, ainda perguntava em crônica publicada na *Gazeta de Notícias* em 30 de julho de 1899: “Ah! quem poderá viver bastante para te ver saneada, ó cidade do Rio de Janeiro?” (s.a. Apud Bilac, 1996, p. 228). A sujeira que vinha de muito antes e que ainda assolava a cidade deveria ser extinta o mais breve possível. Em 1904 os resultados começaram a aparecer mais

nitidamente com o início das obras da Avenida Central. Ainda assim, o que não faltaram nos anos anteriores foram crônicas, críticas e ironias à tão amada (e suja) cidade do Rio de Janeiro, tendo em Bilac um de seus expoentes.

Ninguém melhor, no período entre 1850-1870, para solucionar tais problemas de ordem pública do que os médicos. A manutenção da saúde da população passava também, e, neste período primordialmente, pela organização da cidade. A medicina do século XIX tinha uma forte marca social e urbana, e neste sentido buscava também intervir na ordem da cidade, podendo assim auxiliar a garantir a realização do projeto civilizador almejado pelo governo imperial (e, posteriormente, o republicano). Medicina urbana, que percebia “*na cidade as causas de um estado patológico da população*” (Machado [et al], 1978, p. 353), sendo por isso mesmo necessário “*formular um projeto de normalização da sociedade como condição para produzir o estado positivo da saúde*” (Idem). Dessa forma, a medicina social urbana elegeu focos que poderiam ser possíveis causadores de doença: desde o ar, infectado por miasmas pútridos, passando pelas construções urbanas, tais como domicílios, hospitais, igrejas, prisões, ruas, bordéis, até, finalmente, o próprio homem, grande causador das doenças das quais ele mesmo sofreria mais tarde. Segundo esse ponto de vista, as grandes aglomerações de pessoas foram vistas como a principal causa das doenças e pestes e, conseqüentemente, os maiores alvos passíveis de intervenção.

Dos alvos eleitos, os cortiços, que eram uma constante no Rio de Janeiro imperial (e também na República, apesar de todas as intervenções) foram os mais duramente perseguidos. Eram vistos como lugares de sujeira não apenas física (como de fato o eram), mas principalmente moral: “*as habitações coletivas, (que) seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos*” (grifos meus) (Chalhoub, 1999, p. 29). Cortiços, lugares onde vivia a população mais pobre da cidade, lugares que, segundo editorial do *Correio Mercantil* de 1º de outubro de 1855 ofereciam a seus moradores “*quartos imundos e pestilentos, sem ar, sem luz, sem espaço [...] Estes currais infectos [...] prestimosos auxiliares da morte*” (Manuel da Cunha Galvão Apud Machado, 1978, p. 351). Os cortiços passaram a ser, portanto, lugares de dupla negação: lugar de pobres – e é aí que está o estigma – e de propagação de doenças. Ameaça dupla à civilidade urbana. A demolição dos mesmos, bem como a expulsão da população mais pobre do centro urbano da capital do país se insere no desejo de *recriar* a memória da cidade que se queria limpa e educada. A memória que remetia à sujeira e à desordem, a um passado identificado nas classes populares, foi, se não apagada, negada pelo discurso oficial.

Sabemos que o auge desse movimento pode ser percebido nas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos, já no período Republicano e sob a direção de engenheiros, como o próprio Passos. Mas ainda no Império o debate realizado era intenso. Cronistas, políticos, médicos, viajantes, todos participaram de uma forma ou de outra da discussão. E o que estava em jogo não era pouco: a reputação do Brasil através de sua capital. Fazia-se urgente solucionar tais problemas, negar a má reputação de sujeira e artificialidade e criar um novo status, qual fosse, de civilização e progresso reais e evidentes – projeto do governo imperial e realização do governo republicano. A memória do país seria, desta forma, reelaborada através das intervenções urbanas em sua capital. A manutenção da ordem e do controle passava, necessariamente, pela organização do espaço urbano.

### **OLAVO BILAC, CRONISTA DA DESORDEM URBANA**

Se, hoje, Olavo Bilac é mais conhecido como um poeta parnasiano, em sua época sua atuação e reconhecimento não se limitaram a esse aspecto de sua produção intelectual. É bem verdade que foram suas *Poesias*, publicadas em 1888, que lhe renderam grande fama, mas foi principalmente sua atuação como cronista que permitiu ampliá-la e dar continuidade a ela. Desde 1890 Bilac já deixava suas impressões sobre a vida comum da cidade na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, ao assumir o lugar de cronista do jornal, função que desempenhou de fato a partir de 1893, ao substituir Machado de Assis, antigo responsável pelas crônicas na *Gazeta*. Por causa disso, segundo Antonio Dimas, “*mais do que simples substituição, essa escolha significava nova orientação para aquela seção do jornal, que dizia adeus à ironia oblíqua e se entregava à mordacidade eventual*” (Apud Bilac, 1996, p. 11), exercício que fez Bilac deixar um pouco as formalidades da poesia parnasiana em prol de uma linguagem mais parecida com o jornal, mais próxima do cotidiano da cidade e que é própria da crônica, sem deixar de ser, contudo, direto em suas críticas.

A crônica era um gênero de grande aceitação nos jornais cariocas do oitocentos. Gênero que, se não é brasileiro de origem, aclimatou-se ao nosso país de forma tal que o faz parecer genuinamente nosso, com sua despreensão, sua linguagem simples e, acima de tudo, seu hibridismo. Nela, o cronista aprofunda um determinado assunto, mas sem deixar de ser simples (Cândido, 1992, pp. 16-17). Esses textos breves, ao tematizar o seu tempo através da pena leve dos cronistas, tem no jornal seu espaço de difusão e desenvolvimento por excelência, já que nada é mais cotidiano e transitório que o jornal do dia, que só tem

importância no hoje, e recorta como notícia o que tem valor a cada dia (Neves, 1992, p. 76).<sup>1</sup> Mas é também essa ligação com o jornal que gerou uma grande dúvida entre os intelectuais até pouco tempo: seria a crônica por isso um gênero menor, devido a sua despreensão e ligação com o cotidiano? Para Antonio Candido, é justamente aí que está a graça da crônica, que com sua linguagem simples (e por causa dela) permanece perto de nós, humaniza, quebra o monumental e torna qualquer coisa íntima do leitor, ao mostrá-lo, mesmo no miúdo, uma grandeza na qual talvez não reparasse sem a cumplicidade com o cronista (Cândido, 1992, pp. 13-14). Além disso, por causa de sua publicação constante na imprensa, as crônicas acabavam por ter um alcance social maior, uma vez que, apesar do analfabetismo dominante, o hábito de leitura em voz alta e em público era comum em fins do século XIX, o que possibilitava também o reconhecimento dos cronistas pela população (Chalhoub [et al], 2005, pp. 10-11).

Tudo isso não quer dizer que a crônica fosse mal feita ou pensada; pelo contrário, nelas percebemos uma forte tensão entre sua elaboração narrativa e o dever de dialogar com o leitor, uma cumplicidade que Machado de Assis, por exemplo, já buscava em suas crônicas (Idem, p. 16). Afinal, segundo o mesmo Machado, a crônica era “*uma boa velha patusca, fareja todas as cousas miúdas e graúdas, e põe tudo em pratos limpos*” (Idem, p. 12), que além de informar ou comentar um assunto qualquer, também divertia o leitor, cujo papel, aliás, era essencial para o cronista. Era essa relação próxima entre autor e leitor que dava ao cronista o assunto do dia, e fazia do cronista um expectador e comentador privilegiado do cotidiano (Cândido, 1992). E eram justamente a cidade e o seu dia-a-dia os assuntos preferencialmente tematizados na obra do cronista, em uma relação de mão dupla, já que o meio influenciava a crônica, e a crônica, ao fazer o caminho de volta, influenciava o meio, ao analisá-lo e buscar transformá-lo – sempre de uma forma despreensiva (Cândido, 1980, pp. 18-19; Chalhoub [et al], 2005, p. 13).<sup>2</sup>

E é justamente por causa dessas características da crônica que Bilac teve que deixar de lado sua linguagem pomposa de parnasiano para comentar o seu tempo, e principalmente sua cidade amada. E ainda que fosse um cronista atuante na imprensa nos primeiros anos do período republicano, na série de variados assuntos tratados pelo autor percebemos um problema recorrentemente tematizado e que ainda fazia parte do cotidiano da cidade no distante ano de 1908:

---

<sup>1</sup> Ver, também da autora, o artigo “História da crônica. Crônica da história”. In RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio / CCBB, 1995, pp. 33-55, no qual discute a relação entre a história e a crônica.

<sup>2</sup> Exemplo interessante dessa “via de mão dupla” pode ser encontrado em duas crônicas de Machado nas quais o autor levanta a questão do não calçamento da Rua das Laranjeiras, que dias depois da publicação de sua crônica é calçada. Ver ASSIS, Machado. *História de Quinze Dias*. Crônicas de 15/09/1876 e 01/10/1876.

Durante quinze anos de vida de imprensa não poupei injúrias à velha e mal amanhada Sebastianópolis. Lancei-lhe em face, duramente, a sua imundície, o seu relaxamento, a sua falta de banhos, o desleixo de seu vestuário, o seu despenteamento, a sua inércia, a sua apatia. E se tanto e tão acerbamente a invectivava, era porque a amava ardentemente, e ardentemente queria vê-la redimida de tão feias culpas (Correio Paulistano, 18/1/1908) (Bilac, 1996, p. 10).

O declarado amor à Sebastianópolis não a isentava de críticas, principalmente devido à sujeira que assolava a cidade há anos. Apesar de ter desistido das carreiras de medicina e de direito, Bilac não deixara de lado certa pretensão a assumir o papel de orientador de seus leitores, espécie de terapeuta social capaz de diagnosticar o seu meio e o seu tempo. Ainda segundo Antônio Dimas, “*o jornalista (Bilac) enquadrava-se, mais uma vez ainda, no espírito da época, porque não era outra a lição do naturalismo em que o parnasianismo se criara: extirpar os vícios do corpo social*” (In Bilac, 1996, p. 16), e por isso tratava de forma contundente os problemas de seu dia-a-dia.

O cotidiano oferecia múltiplas questões passíveis de comentário pelo cronista, mesmo que às vezes algumas semanas parecessem não se destacar em nada de muito importante. O que não era uma tragédia, a ponto de impedir um comentário sobre outra coisa qualquer, como os cinematógrafos da cidade; o haxixe usado pelo amigo; Eça de Queirós e outros autores de destaque no período; o bonde... mas a cidade do Rio estava sempre presente nas crônicas de Bilac, tematizada através do seu mercado; da sua polícia; das suas reformas; da sua sujeira; do seu teatro; da sua força intelectual; de seu temperamento; de seus cinematógrafos recém-inaugurados... Sebastianópolis, capital do Brasil, vitrine do país, civilizada ainda que bárbara; limpa mesmo quando suja. Entre a prática e a teoria do que se queria da cidade, as impressões negativas acabavam por ter bastante destaque não só para a pena de Bilac e outros literatos, mas também para os políticos e até mesmo para os estrangeiros.

A literatura de viagem trazia as interpretações feitas por viajantes estrangeiros, em grande sua maioria de origem européia, principalmente francesa e inglesa. Na sua abordagem sobre o outro, sentiam no Brasil e em sua capital – porta de entrada para a maior parte desses viajantes – um estranhamento inicial. Além de destacar o exótico e o novo que as terras brasileiras representavam, também faziam comparações entre os modos de vida dos brasileiros e o seu próprio, identificando no brasileiro um tanto de atraso, selvageria e maus costumes – tendo como referencial o seu ponto de vista extremamente etnocêntrico, baseando-

se, dentre outros motivos, no fato de boa parte das últimas modas européias serem logo em seguida “copiadas” por aqui. Havia limites, comparações e diferenças que sempre vinham à tona no contato dos viajantes com o outro. O viver tropical, ao mesmo tempo em que exalava exotismo a todo o momento por causa de sua natureza exuberante, era enxergado também como um modo de vida incivilizado, como, por exemplo, devido à falta de cuidado das pessoas, principalmente as mulheres, com relação a sua higiene pessoal (Gonçalves, 2003, p. 289). A cidade, da mesma forma, lhes parecia estranha: capital do país, mas imunda; repleta de negros, fossem libertos ou escravos (ou seus descendentes, após a abolição), e vendedores ambulantes nas ruas que conviviam ao lado de verdadeiros *gentlemen e ladies* à européia. O espaço público era, para esses viajantes, o território do artifício, onde se identificava, ou pelo menos se tentava forjar, uma suposta boa educação por parte dos brasileiros (Idem, p. 290).

Bilac também reparava nisso. O que pareceria mais artificial que um teatro no meio de tanto desordem urbana? Sob o pseudônimo de Fantasio, escreveu a crônica “Entre a febre e o teatro” na *Gazeta de Notícias* de 29 de Fevereiro de 1896, onde dizia:

Mas o que me parece um contra-senso é que o Conselho Municipal se meta a regenerar o teatro, quando não trata de sanear a cidade [...] toda cidade cheira mal. E os poderes municipais cuidam de plantar no meio dela um Teatro Normal – flor de arte e civilização no meio de um atoleiro (Bilac, 1996, pp. 212-213).

E se na cidade as doenças ainda matavam, Bilac já tinha a resposta, na crônica “Cidade de mesentéricos”, publicada na *Gazeta de Notícias* em 30 de julho de 1899: “*Todos os médicos que há sessenta anos saem de nossas faculdades, dizem e escrevem que a causa da febre amarela é a falta de saneamento das cidades*” (Bilac, 1996, pp. 228-229). Uma intervenção nessa desordem urbana fazia-se necessária para dar à cidade os tão desejados ares de civilização.

As cidades são também textos, e neles o cronista busca sua inspiração. O Rio de Janeiro, apesar das permanências, mudava com grande velocidade. Ainda no Império é possível perceber intervenções localizadas na cidade e que visavam acabar com os focos de doença e de desordem, que as autoridades tendiam a ver como corolários mútuos. Por mais que apenas na República a mudança se mostrasse evidente, o movimento já vinha de alguns anos antes. Segundo Bilac, na crônica “Inauguração da Avenida” e sob o pseudônimo de O.B, publicada na *Gazeta de Notícias* em 19 de novembro de 1905, “*que é que lhe haviam dado os governos até agora? impostos e pau; ruas tortas e sujas; casas imundas... e às vezes*

*atravessadas por balázios; estados de sítio e bernardas; febre amarela e tédio...*” (Apud Bilac, 1996, p. 261).

A inauguração da Avenida Central marcou o ápice de um processo de intervenções urbanas e, de certa forma, tornou-se a metonímia das reformas mais fortes e intensas sobre a configuração da cidade. Ainda segundo Bilac, sob o mesmo pseudônimo em crônica de 16 de fevereiro de 1908, também publicada na *Gazeta de Notícias*: “*E felizes daqueles de nós que conseguem viver bastante, para poder apreciar, em seu conjunto, uma das crises dessas grandes aglomerações urbanas...*” (“Prosadores bisonhos” Apud Bilac, 1996, p. 141).

## **MÉDICOS HIGIENISTAS, EM NOME DA ORDEM**

A medicina social no Brasil lançara seus alicerces sobre o mesmo terreno das crônicas de Bilac cronista: a cidade. Ainda que em períodos cronológicos distintos, o cronista e os representantes da medicina social brasileira pensaram a salubridade e a saúde da sociedade e elegeram a cidade como matéria de reflexão e campo de atuação. No novo projeto imperial, e posteriormente no “novíssimo” projeto republicano, a construção de uma nova memória se fazia necessária e urgente. Neste sentido, a identidade social da cidade tornou-se o principal obstáculo à plena realização do projeto civilizador imperial (e progressista republicano) que visava, sobretudo, dar um novo sentido à trajetória da sociedade. Na condição de uma deliberação consciente que nasce do campo de possibilidades acessível, o projeto civilizador governamental, que, por isso mesmo, fora dinâmico e mudava seus focos de ação dependendo do contexto, tentava reorganizar a memória social e esperava que os resultados advindos repercutissem na identidade coletiva.<sup>3</sup> Se cronistas e viajantes já assinalavam, há muito (e continuaram destacando por mais alguns anos), a desordem urbana, no período entre as décadas de 1850 e 1870 os médicos higienistas assumiriam a função de civilizar, normatizar a cidade, e se veriam (e seriam vistos) como novos agentes da ordem não apenas material, mas também moral da cidade. Do campo de experiências disponível àqueles agentes saíam as idéias que guiariam a nova organização urbana da cidade do Rio de Janeiro nos anos seguintes.

A prática médica passava em fins do século XVIII e início do XIX por grandes transformações, e a principal novidade seria a percepção da dimensão social da medicina. A

---

<sup>3</sup> Sobre a relação orgânica e necessária entre memória, identidade e projeto, cfr. VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

intervenção médica passou a não se limitar apenas a curar o paciente, mas principalmente a pretender evitar o aparecimento das doenças. O foco da medicina deixava de ser a doença e passava a ser a saúde, assumindo como objetivo primordial a prevenção das doenças (Machado [et al.], 1978, p. 248). Neste sentido, a medicina começou a dialogar com outras formas de conhecimento, da estatística à filosofia, uma vez que pretendia ser “*a vanguarda da civilização, (que) despiu a linguagem, as formas e os costumes do passado*” (J. F. X. Sigaud Apud Machado, 1978, p. 251). De tentativas tacanhas de curar ou prevenir doenças no indivíduo até o século XIX, os médicos passaram, desde o início do oitocentos, a pensar a medicina numa perspectiva mais ampla, cujos interesses combinados aos do Estado nacional em construção no Brasil a transformariam numa espécie de braço de ação governamental para melhor organização da sociedade.

Desde a chegada da Família Real portuguesa em sua principal colônia em 1808 teve início a criação das primeiras escolas superiores, até então proibidas, visando montar uma estrutura básica para permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Dentre essas ações, podemos destacar a criação da Academia de Cirurgia no Rio de Janeiro naquele mesmo ano, transformada em faculdade em 1829, mas efetivamente organizada como tal apenas em 1832, quando também se montou uma faculdade de medicina em Salvador. Durante esse tempo, todavia, coexistiam sociedades de medicina, que já auxiliavam o governo a pensar as melhores formas de evitar doenças no espaço da cidade e, principalmente, intervir nos locais onde as doenças poderiam se desenvolver em potencial. Praticamente todo local fechado (inclusive os hospitais!) e também quase todo o espaço urbano tão assimétrico e repleto de baixios e pântanos do Rio de Janeiro foram eleitos como alvos.

Fazia-se mister disciplinar tanto o espaço urbano como as instituições nele inseridas. Disciplinar, como sugere Foucault, através da “*observação hierárquica; [do] julgamento normalizador e sua combinação num processo mais específico, o exame*” (Foucault, 1982, p. 170). Desde o século XVIII novas formas de pensar e controlar o indivíduo vinham sendo elaboradas, e um dos modelos ideais que garantiriam o controle sobre ele era a organização do espaço urbano, pensando como um campo militar – cidade artificial, fruto da vontade; sede do poder forte, mas discreto. A praça central, nesse sentido, atuava como palco principal, de onde emanavam as luzes pelas ruas retas que dela partiam – modelo existente, colocado em prática pela Espanha em suas cidades coloniais, rigidamente ordenadas. Arquitetura do controle, reproduzida nas instituições sociais em redefinição na época, como a escola, a prisão, o hospital, este último deixando de lado seu aspecto sombrio e envolto de trevas e morte para se tornar local de cura, terapia. Sua nova arquitetura fora redefinida visando melhores condições

à ação médica: separação dos pacientes, melhor ventilação, melhor observação sobre a doença e sua forma particularizada no indivíduo. Arquitetura ao mesmo tempo do poder, ao possibilitar a ação também sobre a conduta dos indivíduos (Idem, pp. 170-172). A norma que se faz presente através da disciplina; a norma como um dos mais profícuos instrumentos de poder após a Ilustração (Idem, p. 184).

Norma que também é referência ao se pensar a doença: a partir de fins do XVIII também ela passara a ser estudada a partir de um complexo de fatores que a poderiam propagar: luz solar, clima, estações, chuvas, ventilação, e inclusive o local/os anos de sua ocorrência. As epidemias passaram a ser historicamente localizadas: a desordem do espaço no qual ela ocorrera em determinado momento é que definiria sua particularidade, bem como explicaria suas causas. A sua observação, portanto, se fazia necessária, fosse através das intencências médicas que estudariam os casos, fosse com o apoio da polícia médica, que agiria para fazer voltar à norma. Regulamentações médicas passaram a ser lançadas no sentido de normalizar a sociedade e garantir costumes sadios e ao mesmo tempo civilizados à população. Tinha início a definição de um status político, bem como a constituição de uma nova consciência à medicina, no sentido de garantir informações e, a partir daí, supervisões e ações na organização da sociedade (Foucault, 1973, pp. 22-26). Ainda segundo Foucault, “*A medicina do século XIX [...] era regulada mais em relação com a normalidade que com a saúde; ela formou seus conceitos e prescreveu intervenções em relação ao básico do funcionamento da estrutura orgânica, e o conhecimento fisiológico [...] estava próximo de se tornar o centro de toda reflexão médica*” (Idem, p.35).

Em relatório do Ministério do Império de 1850, apresentado à Assembléia Geral Legislativa em 1851, percebemos o esboço dessa política intervencionista. Com o intuito de evitar as epidemias de febre amarela que vinham se repetindo com frequência na Corte (e inclusive neste ano de 1850), fazia-se necessário, segundo José da Costa Carvalho, ministro do Império na época:

[criar] não só uma Comissão de Engenheiros com a principal incumbência de se ocupar dos trabalhos tendentes aos melhoramentos sanitários, como também uma Junta de Higiene encarregada de velar na conservação da salubridade pública, propondo para esse fim as medidas necessárias (Relatório do Ministério do Império, 1850, p. 28)<sup>4</sup>.

Tanta era a importância dada a tais comissões que as mesmas foram criadas oficialmente a partir de decreto de setembro de 1850 e, apesar de inicialmente funcionarem

---

<sup>4</sup> Nas próximas citações, ‘Relatório do Ministério do Império’ aparecerá resumido pela sigla RMI.

com ordenado baixo segundo o ministro, suas ações logo foram postas em prática, como colocar navios em quarentena, fundar cemitérios públicos e promover o serviço de enterros. No mesmo relatório, levantou-se o número de mortos pela febre na cidade: 458 vítimas, isso apenas no período de 21 de janeiro a 27 de abril de 1851, um número baixo segundo o ministro, se comparado ao ano anterior. Outras cidades da província fluminense, como Itaboraí e Mangaratiba, permaneciam sendo assoladas pela febre amarela (RMI, 1850, p. 30). Era fundamental ordenar e civilizar o espaço urbano.

Civilizar. Esta parecia ser a nova função da medicina social. E, uma vez que civilizar era também o projeto do Estado,

o momento em que o Estado se encarrega de maneira positiva da saúde dos **cidadãos** é o mesmo em que a sociedade como um todo aparece como passível de uma regulamentação médica. E regularizar a organização e o funcionamento sociais do ponto de vista sanitário exige que a medicina se obrigue não apenas a tratar o indivíduo doente, mas fundamentalmente a supervisionar a saúde da população, não só a visar ao bem-estar dos indivíduos, mas à prosperidade e à segurança do Estado (Machado, 1978, p. 253. Grifo meu).

A medicina assumia, portanto, uma função política, ao agir em nome do Estado e de um futuro no qual a ordem teria o primado e seria a pré-condição do progresso. Logo, os cidadãos deveriam ter sua saúde cuidada pelo Estado. Porém, se no Brasil imperial uma parte significativa da população era composta por escravos e pessoas livres, porém pobres (portanto, não cidadãos) e a cidadania plena era privilégio apenas da chamada “*boa sociedade*”,<sup>5</sup> poucas pessoas veriam no Estado um zelador por sua saúde. O restante da população apenas poderia assistir, assustado, às intervenções da medicina social na cidade e em suas vidas.

A medicina higienista elegera a cidade, conforme temos visto, como foco de sua ação normativa, uma vez que na mesma, local de concentração de grande número de pessoas, as doenças encontrariam lugar propício para seu desenvolvimento. Por isso a cidade foge à norma, sendo por isso mesmo a causa maior da desordem e, portanto, das doenças (Machado, 1978, p. 260). Logo, a medicina deveria intervir com intensidade na cidade e, assim, os médicos assumiriam também a função de reguladores sociais:

---

<sup>5</sup> “*Boa sociedade*” é um termo de época que Ilmar Mattos porá em evidência para caracterizar o que chama de *mundo do governo*, composto basicamente por membros da burocracia imperial, grandes fazendeiros e comerciantes. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. SP: Hucitec / Brasília: INL, 1987.

[os médicos] criticam os proprietários que alugam as casas recém-pintadas, onde o ar é irrespirável, sendo escuras, úmidas, sem circulação de ar. Desaprovam a moradia da classe pobre do Rio, que vive em casa alugada, sem as menores condições de higiene, estando sujeita a todas as doenças. Proposta de igualdade com relação às regras higiênicas a serem obedecidas que visa a produzir a medicalização do rico em seu salão dourado e dos pobres em sua choupana (Tobias Barreto Leite, “Considerações acerca da polícia sanitária” Apud Machado [et. al], 1978, p. 272).

“*Proposta de igualdade*” que não pressupõe uma prática efetiva, pois nas ações intervencionistas da medicina social, os principais focos da desordem foram encontrados entre as habitações das camadas mais pobres. Desordem não apenas física, mas moral: a sujeira, a escuridão, o contato de várias pessoas em “cubículos infectos” só teriam como resultado a degenerescência moral. Esta é a pedra de toque para o estigma do pobre como um desordeiro ou vagabundo em potencial; ou, segundo Sidney Chalhoub, a associação, comum na época, de “*classe pobre*” com “*classe perigosa*” (Chalhoub, 1999, pp. 20-29). Se a medicina agia também em nome do progresso e da civilização, essa “desordem física e moral” não deveria ser tolerada. Os lugares onde habitavam essas “classes pobres e perigosas” eram vistos como propagadores de vícios, que continuariam a se reproduzir enquanto os filhos dessa desordem continuassem expostos à mesma, como lembra Chalhoub (1999, p. 29). Eram membros do “*mundo da desordem*”,<sup>6</sup> pertencentes à multidão anônima que fora identificada à barbárie por uma *elite letrada* ligada à burocracia imperial<sup>7</sup> e que buscava associar a idéia de ordem à de progresso, principalmente em fins do século XIX, já no período republicano. Esse “*povo na rua*” foi tido como ameaça à ordem por representar, para os que imprimiam direção à sociedade, a presença do atraso e da barbárie na cidade (Neves, 1994, p. 137).

É também Chalhoub quem destaca que a intervenção da medicina social se fazia em nome de uma ordem concebida pela e para a elite branca, os cidadãos. Novamente os pobres e negros estavam fora, mesmo porque eram seus hábitos e moradias os alvos preferenciais da medicina social: “*os cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade*” (Chalhoub, 1999, p. 31). Em nome do projeto civilizador, era visto como legítimo que um agente da ordem “*intime para que sejam fechados os cortiços ou estalagens quer os que ameaçam ruína, quer os que, pela permanência têm-se tornado nocivos à saúde pública*”, como consta em aviso do Ministério do Império em 1879 (Apud Chalhoub, 1999, p. 45). Em relatório da Junta Central

---

<sup>6</sup> Para uma definição de “mundo da desordem”, ver MATTOS, op. cit., pp. 122-123.

<sup>7</sup> Sobre o papel dessa elite letrada, ver RAMA, Ángel. *La Ciudad Letrada*. Santiago: Tajamar, 2004. Sobre a burocratização da elite letrada no Brasil imperial, ver CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

de Higiene Pública de 1860 os cortiços já apareciam, junto aos navios, como principais focos de transmissão da febre amarela, mas nesse relatório apenas destacava-se a necessidade dos doentes serem transferidos para os hospitais da cidade (RMI, 1860, p. A-D-2). Mendigos, “*cujo aspecto [...] tanto repugnam com o asseio*”, também eram alvo da política higienista. (RMI, 1851, p. S2-10).

Em 1870 essa realidade já se apresentava um pouco diferente. Em relatório anexo ao do Ministério do Império daquele ano, o presidente da Junta Central de Higiene Pública, José Pereira Rego, fez um levantamento do número de mortos de febre amarela de acordo com as freguesias centrais de cidade:

**Tabela 1**  
**Falecimentos por febre amarela no Rio de Janeiro no ano de 1870**

<b>Freguesias</b>	<b>Número de falecimentos</b>
S. S. Sacramento	644
São José	580
Candelária	174
Santa Rita	710
Santa Anna	1118
Engenho Velho	439
Lagoa	343
S. Cristóvão	569
Glória	497
Espírito Santo	366
Não indicada	101
<b>Total</b>	<b>5902</b>

Fonte: José Pereira Rego. Relatórios do Presidente da Junta Central de Higiene Pública e Inspetor de saúde do porto. In Relatório do Ministério do Império, 1870, anexo H, p. A-H-12.

Tal fora o argumento do presidente da Junta para explicar o maior número de falecimentos em freguesias populares como Santa Anna e Santa Rita:

as freguesias que maior contingente dão à mortalidade desta cidade são aquelas em que predomina a população que habita os intitulos cortiços, sobre cuja construção não posso deixar de chamar atenção de nossa municipalidade, solicitando de seu zelo e interesse pela saúde pública algumas medidas tendentes a melhorar este estado de coisas, que tanto concorre para aumentar a cifra da mortalidade anual (RMI, 1870, p. A-H-12).

Não é difícil imaginar quais seriam as medidas para melhorar esse estado de coisas. Vejamos quais seriam elas em ofício de 1875, também da Junta de Higiene: “A [Junta] *do 1º distrito de Santa Anna pintava com negras cores o estado higiênico do seu distrito [...] mormente com referências a estalagens nele existentes, onde nenhuma condições de asseio encontravam*” (RMI, 1875, p. A-E-3). Fica mais claro ainda na sugestão do Ministro do

Interior em 1891, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, já no período republicano, para normalizar o espaço urbano e evitar futuras epidemias: “*Extinção completa dos cortiços e estalagens, e sua substituição por habitações higiênicas para as classes mais pobres*”.<sup>8</sup> (Relatório do Ministério do Interior, 1891, p. 31). Nos anos iniciais do período republicano as intervenções fizeram-se, de fato, mais presentes, desde o derrubamento dos morros do Castelo, de Santo Antônio e do Senado, passando por aterros na orla, até culminar na inauguração da Avenida Central.

A necessidade de manter a cidade asseada pode ser percebida também na urgente necessidade de se recolher o lixo das ruas da cidade – outro grave problema que continuava a ser discutido ainda na República, que via inclusive necessidade de reformar o sistema de coleta de lixo ainda desorganizado da cidade. O problema esbarrava, segundo relatório do presidente da Junta Central de Higiene Pública em 1851, Francisco de Paula Cândido, na falta de limpeza de certos moradores que juntavam lixo próximo às suas casas, lixo esse que logo se transformava num monte de sujeiras, prejudicial tanto para a higiene pública quanto para o avanço da civilização, “*para vergonha nossa, em face do estrangeiro que visita nossas plagas, e com detrimento da pública saúde*” (RMI, 1851, pp. S2-11\_S2-12). Na República, por exemplo, um contrato com uma empresa garantiria a limpeza pública, que seria estendida até São Cristóvão e Engenho Novo, e também nas praias: a empresa se chamava, apropriadamente, “Gary” (Relatório do Ministério do Interior, 1891, p. 30).

Devido à força e intensidade de tais ações no espaço físico (e simbólico) da cidade, segundo Margarida de Souza Neves, teve início na cidade o desdobramento de políticas urbanas de caráter fortemente excludente e hierarquizador, tanto de agentes sociais, os pobres, quanto de espaços, a suburbanização da cidade, o que criava uma hierarquia entre os bairros (Neves, 1994, pp. 139-140), nítida até hoje no espaço urbano carioca. Subúrbios mais próximos do centro, como o Engenho Novo, Engenho Velho, Méier e Engenho de Dentro, viram crescer em número significativo sua população, principalmente em torno das estações de trens. Após a reforma Passos esse processo ganhou mais força.

As moradias dos mais pobres tornaram-se os alvos por excelência da medicina social e do projeto civilizador. Quando se notava a queda no número de infectados por alguma

---

<sup>8</sup> A demolição dos cortiços e habitações populares, como era de se esperar, não foi seguida de uma política pública efetiva que garantisse a construção das “habitações higiênicas”, conjuntos habitacionais prometidos para essas pessoas que tiveram suas casas desapropriadas. Tal processo apenas viria a ser posto em prática, e apenas em parte, alguns anos mais tarde, o que possibilitou, nesse ínterim, o crescimento das favelas nos morros cariocas. Para um debate mais organizado sobre o tema, ver MATTOS, Rômulo Costa. *Pelos Pobres! As campanhas de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, Departamento de História, 2008.

doença, dentre os possíveis motivos para tal queda destacava-se “*A mudança sensível [...] operada [...] nos costumes, nas habitações, e em geral no predomínio das leis higiênicas*” (RMI, 1851, p. S2-3). Tais habitações antigas e sujas faziam parte de uma memória da cidade que era preciso apagar, eram lugares de memória de um passado que se queria efetivamente acabado. Seriam restos de algo que não se queria mais presente (Nora, 1984, pp. VII-XLII). Seriam, para os dirigentes – imperiais ou republicanos – da cidade, os vazios de civilização e ordem que a nova capital que começava a surgir não mais aceitaria.

## INTERVENÇÕES URBANAS: OS VAZIOS DA CIDADE

Civilização e ordem eram as palavras-chave do projeto da medicina social e do governo imperial após 1870.<sup>9</sup> Logo, nada mais condizente com este projeto do que intervir na cidade em nome da ordem, e identificar nela lugares onde a civilização parecia estar ausente. Em um momento de grave flagelo na cidade Corte, quando, na década de 1870, a febre amarela consolidou-se como uma questão primordial de saúde pública, os cortiços foram confirmados como principal alvo da ação intervencionista oficial em nome da nova identidade que se pretendia construir para a cidade-símbolo do país.

Chalhoub lembra que o termo *cortiço* era bastante vago. Segundo este autor, quaisquer habitações sujas, escuras, apertadas e cheias de gente (principalmente pobre) eram logo classificadas como *cortiços*, e essa definição mesmo ampla era sinal de que aqueles lugares não poderiam fazer parte do novo projeto que se gestava para a cidade. Quando a medicina higienista começou a associar a epidemia de febre amarela que assolava a cidade aos cortiços, a onda intervencionista em nome da civilização logo atingiu as moradias da camada pobre da cidade, com o objetivo de extingui-las o mais rápido possível, principalmente por lá habitarem essas pessoas mais humildes, em nome da normalização da ordem no Rio de Janeiro (Chalhoub, 1999, p. 88). Ou nas palavras do vereador-higienista José Pereira Rego, em seu projeto de adoção de posturas referentes aos cortiços, datado de 1866 e citado por Sidney Chalhoub,

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o **aperfeiçoamento moral e material do povo**, que o habita; é o espelho,

---

<sup>9</sup> Para um debate mais detalhado sobre a relação civilização-ordem-progresso ver AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2003, principalmente pp. 84-127.

onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização [...] Entre nós, porém, força é confessar que as municipalidades [...] têm-se esquecido um pouco dos melhoramentos materiais do Município e do bem-estar [...] parece que ainda nos conservamos muito próximos aos tempos coloniais (Apud Chalhoub, 1999, p. 34. Grifo meu).

Higiene associada ao progresso moral e físico, espelho da civilização. O que permanecia existindo apesar das tentativas em prol do que era tido como progresso era identificado a uma memória de um passado de atraso, colonial, que parecia ainda se mostrar evidente nas ruas tortas do Rio de Janeiro, nas suas casas coloniais e nos seus cortiços infectos. Foram esses lugares eleitos como os *vazios da cidade*, de modo diverso mas análogo ao proposto por Andreas Huyssen (2000, principalmente pp. 89-116).

A cidade é um texto repleto de signos. Daí seu uso como matéria-prima pelo cronista. Desses signos, todavia, nem todos permanecem no tempo: o morro do Castelo, memória viva dos tempos coloniais e também grande conglomerado de moradias pobres na virada do século XIX para o XX, já não faz mais parte da identidade carioca desde a segunda década do século passado. Naquele morro, o passado fazia-se presente, e seus casebres mostravam à cidade que o projeto de progresso esbarraria em múltiplas permanências. A memória, todavia, não se limita apenas à lembrança de algo, pois quando alguma coisa é lembrada, muitas outras são esquecidas. Neste sentido, uma política do esquecimento foi associada ao projeto governamental que visava forjar uma nova identidade para a cidade-capital e, a partir dela, para todo o país. O Rio de Janeiro, capital do Brasil, servia como espécie de vitrine nacional, cidade-metáfora do país, cujo exemplo de civilidade deveria ser seguido por todas as províncias.<sup>10</sup> Nela, “*a identidade está em jogo*”, como assinala Huyssen (2000, p. 101).

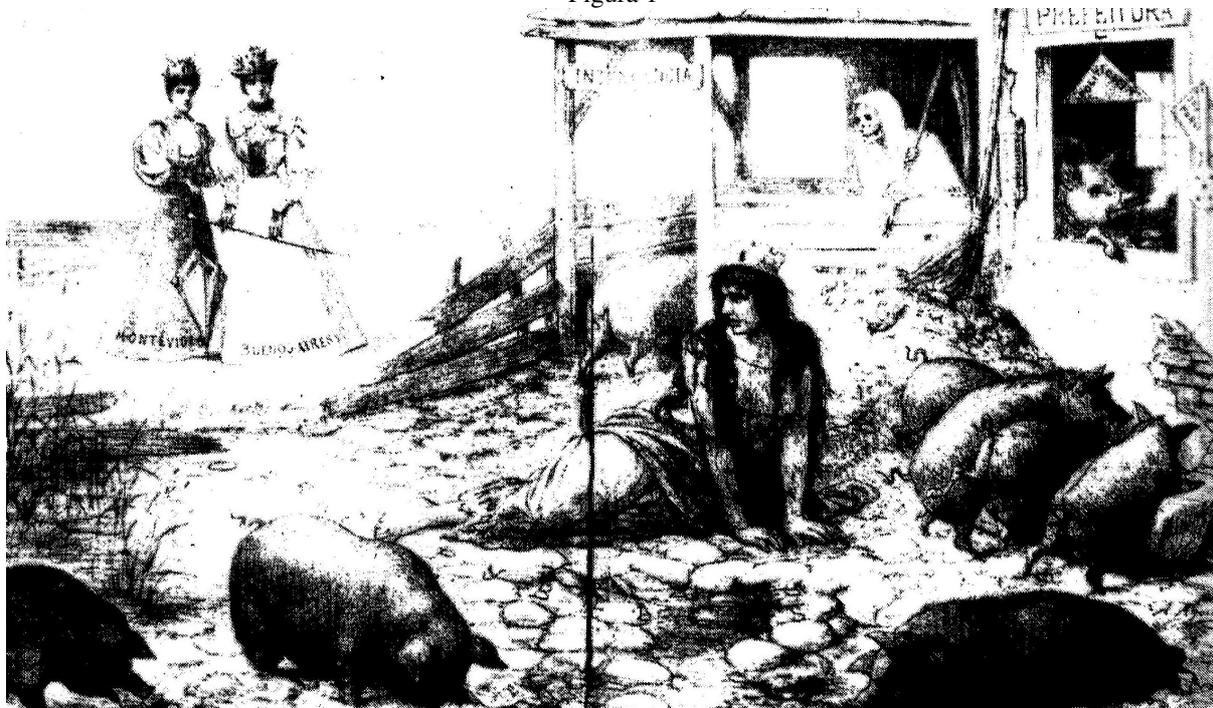
Temos visto que a artificialidade era uma imagem recorrente sobre a cidade do Rio. Uma cidade que era capital do país e se queria civilizada, mas destacava-se pelas permanências de um passado colonial e onde a sujeira e a doença campeavam, só poderia ser alvo de chacota internacional, e alvo de críticas de seus jornalistas-cronistas.

Uma sátira à sujeira da cidade pode ser vista numa gravura da revista *Don Quixote*, de 8 de Agosto de 1896, na qual o Rio de Janeiro é representado como uma dama suja e caída no meio de um atoleiro, rodeada de porcos, enquanto Montevideú e Buenos Aires, representadas como damas da alta nobreza, muito limpas e arrumadas, observam, espantadas, a decadência da capital do Brasil.

---

<sup>10</sup> Sobre a idéia de “cidade-metáfora”, ou de “capitalidade” do Rio de Janeiro, ver NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. IN MAST. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST, 1991, pp. 53-65.

Figura 1



Não era esse tipo de civilização o esperado pelos governantes imperiais... Reproduzido originalmente na revista *Don Quixote* de 8 de Agosto de 1896. A ilustração pode ser encontrada em Chalhoub, 1999, figura 7 do caderno de ilustrações

A imagem da cidade não parecia agradável, e era justamente a imagem da cidade o que mais importava a seus administradores. No caso do Rio, a imagem de cidade civilizada ainda estava longe de ser evidente. Mais uma vez é Huysen quem lembra que “*visibilidade é igual a sucesso*” (2000, p. 100), neste caso, sucesso do projeto civilizador do governo – fosse ele imperial ou republicano.

O auge desse projeto se fará realidade com a construção da Avenida Central, já no período republicano, inaugurada em 1905. É quando a imagem da cidade parece coincidir, ao menos naquele trecho, com o projeto de fazer dela a capital do progresso e da civilização. Imagem: a avenida era para ser vista, admirada, pois segundo Bilac, “*o enfeite da Avenida é a própria Avenida*” (O. B., “Inauguração da Avenida”, In *Gazeta de Notícias*, 19 de Novembro de 1905. Apud Bilac, 1996, p. 267). Lembremos que o alinhamento retilíneo da cidade era considerado fundamental para manutenção de seu asseio e higiene, tendo por isso outras ruas sofrido a intervenção urbanística de Passos nesse mesmo sentido. A largura da rua da Carioca foi aumentada, assim como o entorno da atual Praça da Cruz Vermelha foi organizado a partir

da demolição do morro do Senado, possibilitando a passagem de ruas, como a Mem de Sá, rumo aos bairros do Estácio e da Cidade Nova.

Preocupação maior com a imagem do que com a funcionalidade numa cidade com poucos automóveis, a larga avenida era para ser vista e tornar vistos os membros da “*boa sociedade*”. “*Do vazio, então, para a mise-en-scène e a imagem, imagens do vazio*” (Huyszen, 2000, p. 106); dos cortiços da população pobre para a imagem civilizada, reflexo do sucesso do projeto civilizador. O antigo vazio de civilização que foi identificado à presença dos cortiços fora preenchido com uma nova memória e uma nova história (HUYSSSEN, 2000, p. 108), refletidas na nova cidade que materializava um projeto que muitos queriam ver desde as primeiras intervenções médico-higienistas na cidade, desde tempos de Dom João VI...

Simbólica foi a demolição do Cortiço Cabeça de Porco, em 1893, contada nos versos:

Era de ferro a cabeça  
De tal poder infinito  
Que, se bem nos pareça,  
Devia ser de granito.

No seu bojo secular  
De forças devastadoras,  
Viviam sempre a bailar  
Punhos e metralhadoras

Por isso viveu tranqüila  
Dos poderes temerosos,  
Como um louco cão de fila  
Humilhando poderosos

Mais eis que um dia a barata  
Deu-lhe na telha almoçá-la,  
E assim foi, sem patarata,  
Roendo, até devorá-la!<sup>11</sup>

O cortiço-símbolo do vazio da cidade, visto como mundo de imundície e lugar de classes pobres e perigosas, foi dura e definitivamente apagado da cidade do Rio em 1893, processo que sublinha a associação dos cortiços às doenças físicas e morais que assolavam a cidade e ameaçavam sua nova identidade, pretensamente civilizada. Lugar de memória de um passado que não se queria mais lembrar, por isso esvaziado de sentido e excluído do novo projeto e, dessa forma, da nova identidade da cidade.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Reproduzido em Chalhoub, 1999, p. 18.

<sup>12</sup> Apesar das tentativas, todavia, a cidade passa do problema dos cortiços para o da favelização logo em seguida, inclusive dentro dos espaços da cidade tidos como nobres. Para um debate mais detalhado ver MATTOS, Rômulo Costa, op. cit.

## NEM TÃO LONGE DOS OLHOS...

“O concurso de fachadas para os edifícios a construir na Avenida Central teve o mais brilhante êxito” (Ministério das Indústrias, Viação e Obras Públicas, 1905, p. 682). Realmente, imagem era a palavra-chave para compreender a nova organização da Avenida, mas não só dela: imagem nova da avenida também, mas principalmente da cidade, de seus habitantes, de seus *cidadãos*. No caminho alguns prédios que simbolizavam o passado foram demolidos. Tal passado parecia ficar cada vez mais longe dos olhos...

Saiam de cena os habitantes pobres do centro antigo, identificados à doença e à barbárie, e logo entravam em cena o progresso e a civilização: a inauguração da Avenida Central em 1905 se apresentava como a vitória do projeto civilizador do governo, pelo menos no que se refere àquela parte do antigo centro colonial da cidade, que deixava de ser escuro e torto para ser amplo e rigorosamente reto, ordenado – ainda que mesmo nessa parte ordenada houvesse permanências, visto que a artéria da civilização carioca, a rua do Ouvidor, continua tendo calçamento irregular até hoje, bem como uma série de outras ruas, como Buenos Aires e da Alfândega. A rua Direita (atual Primeiro de Março) continua torta, apesar do nome. Tal processo ganhou força a partir das epidemias que assolavam a cidade desde 1850. Tal processo elegeu quais memórias da cidade deveriam permanecer e quais deveriam ser esvaziadas de sentido. Observar, regular, normatizar: processos paralelos que se deram também no espaço urbano, palco de importantes relações de poder, político e simbólico.

Passando de um problema a outro, a cidade-capital (mesmo não sendo mais capital) ainda fecha os olhos para as permanências escondidas por trás do *glamour* da Rua do Ouvidor ou da Avenida Central. Negando a população mais pobre a partir de uma valorização extremada de uma idéia de civilização à européia, o Rio de Janeiro finge não ver (e sentir) os resultados socialmente desastrosos causados por tal estigmatização, excluindo ainda hoje o mais pobre de seu direito à cidadania plena e efetiva. Entre as matas da cidade tropical se escondem os filhos dos cortiços oitocentistas; sob as pilastras dos modernos prédios da Avenida Central (agora Rio Branco) dormem os descendentes dos habitantes expulsos do conjunto de casas coloniais e decadentes que outrora lá existiram; nas plataformas da Central do Brasil ou nas estações de metrô rumo aos subúrbios cariocas amontoam-se boa parte dos trabalhadores que movem a economia da cidade. A desigualdade e a pobreza ainda estão lá, mais claras do que nunca. Longe dos olhos (olhando bem, nem tão longe assim), mas ainda perto do coração da cidade.

Em nome da ordem e da civilização, as intervenções eram vistas como necessárias e urgentes e incidiriam sobre a identidade da cidade. Em nome de um projeto, memórias foram construídas, outras negadas. Em nome do progresso, foram eleitos espaços vazios de civilização na cidade, que por isso mesmo deveriam ser apagados e reorganizados. Em nome do futuro, a cidade deveria ser reconstruída. E, por causa das crônicas, ainda na pena de Bilac, é possível que um historiador “*talvez muito mais tarde, um investigador curioso, remexendo esta poeira tênue da história, venha achar dentro dela(s) alguma coisa...*” (O. B., “Diário do Rio”, In *O Estado de São Paulo*, 3 de outubro de 1897, Apud Chalhoub [et al], 2005, p. 18).

Crônicas do cotidiano da cidade que, apesar das permanências, ainda se modifica. E que, por causa dessas mesmas crônicas, não ficam longe de nossos olhos.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *História de Quinze Dias*. Organização e introdução de Leonardo Affonso de Miranda Pereira (mimeo). s/d.

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2003.

BILAC, Olavo. *Vossa insolência: crônicas*. Organização de Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. IN IDEM [et al.]. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP / Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 6ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, pp. 17-39.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. IN IDEM (org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

FOUCAULT, Michel. *The Birth of the Clinic. An Archaeology of Medical Perception*. Translated from the French by A. M. Sheridan. London: Tavistock Publications, 1973.

\_\_\_\_\_, *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Translated from the French by Alan Sheridan. New York: Penguin Books, 1982.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Civilização e Artifício: As viajantes no Brasil Oitocentista. IN: *Fragmentos Culturais*. Goiânia: 2003, vol. 13.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Traduzido por Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano / UCAM / MAM, 2000, pp. 89-116.

LUIZ EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, vol. 1.

MACHADO, Roberto [et al.]. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec / Brasília: INL, 1987.

MATTOS, Rômulo Costa. *Pelos Pobres! As campanhas de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, Departamento de História, 2008.

NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. IN MAST. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST, 1991.

\_\_\_\_\_, Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. IN CANDIDO, Antonio [et. al.]. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP / Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

\_\_\_\_\_, O povo na rua: um “Conto de duas cidades”. IN PECHMAN, Robert Moses. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_, História da crônica. Crônica da história. IN RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio / CCBB, 1995.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. IN IDEM (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Vol. 1 – La République. pp. VII-XLII.

RAMA, Ángel. *La Ciudad Letrada*. Santiago: Tajamar, 2004.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. IN *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

## **FONTES**

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, 1850-1889.

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1891-1892.

RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DAS INDÚSTRIAS, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1893-1905.